



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

23/05/2015 ATÉ 23/05/2015



INDÍCE

1	DESEMBARGADOR	
1.1	BLOG AQUILES EMIR.....	1
2	PORTAL DO JUDICIÁRIO	
2.1	BLOG JOHN CUTRIM.....	2

Oficial da Aeronáutica alerta membros do Poder Judiciário para riscos do Aterro da Ribeira para a aviação

Em visita ao presidente da Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Raimundo Barros, o tenente-coronel Marcos Antonio Lima, chefe do 1º Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, alertou o Poder Judiciário para os riscos que o Aterro da Ribeira está provocando para o sistema de aviação no Aeroporto Hugo da Cunha Machado, em São Luís, devido ao excesso de aves, principalmente urubus, muito próximos dos aviões, em momentos de pouso e decolagem.

De acordo com o tenente-coronel Marcos Antonio Lima, o principal problema enfrentado no Aeroporto de São Luís é o lixão da Ribeira, que interfere diretamente com o tráfego de aeronaves, tendo em vista poder atrair urubus, que podem colidir com aeronaves que estejam no tráfego para pouso ou aterrissagem.

O tenente-coronel convidou os magistrados do TJ para uma palestra sobre o gerenciamento do risco da fauna, responsabilidades no controle e proteção da sociedade, dia 11 de junho (quinta-feira), no auditório do Ministério Público Federal, às 9h. "A palestra discorrerá sobre o gerenciamento do risco da fauna, responsabilidades no controle e proteção da sociedade. Que é justamente a possibilidade de uma aeronave colidir com uma ave e ter como consequência um acidente aeronáutico que pode chegar até a ser catastrófico", afirmou o tenente-coronel.

Ele frisou que a mencionada Lei estabelece que o operador do aeródromo é o responsável pelo monitoramento da fauna dentro da área de segurança aeroportuária, que são 20 km em torno da pista do aeroporto. "O Poder Público Municipal também é responsável pelo controle e fiscalização do uso do solo", acrescentou.

28 mil processos já tramitam eletronicamente no Maranhão

O Poder Judiciário do Maranhão já possui mais de 28 mil processos tramitando eletronicamente. Esse montante é superior à meta de 10% de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) definida pelo Conselho Nacional de Justiça para os tribunais.

Dados da Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça do Maranhão mostram que, no período, ocorreram 8.923 audiências, 4.982 advogados foram cadastrados no sistema para o 1º Grau e 494 para o 2º Grau.

Em 2014, foram capacitados para usar o PJe 51 magistrados, 363 servidores, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria e Promotoria. Ao todo, foram organizadas 24 turmas de capacitação e 62 treinamentos.

O Maranhão é o estado mais atrasado do país em relação à implantação do PJe. Apesar disso, o advogado especializado em tecnologia da informação Omar Kaminski afirma que esse resultado é significativo.

O especialista lembra que o PJe já é utilizado há 10 anos e ainda existem questões sobre o processo de informatização. Segundo ele, "o caminho ainda é longo e tortuoso".

Entre as razões para tal constatação, Kaminski afirma que muitas serventias judiciais ainda não disponibilizam as íntegras das decisões e despachos, que diferentes sistemas que não são compatíveis entre eles.

O advogado ressalta também as dificuldades operacionais, as falhas constantes e a necessidade de mudar a mentalidade dos usuários para o novo modelo de trabalho que exclui o papel. "Resta saber em que a informatização irá colaborar na diminuição desse alegado atraso", pois, ressalta ele, não tem sido vista uma diferença muito gritante. "Resolve-se alguns problemas e cria-se outros", finaliza o advogado.

Planejamento

Ainda este ano, o TJ-MA pretende expandir o PJe para mais 50 unidades jurisdicionais de 1º Grau e 14 de 2º Grau. O programa de expansão vai beneficiar as comarcas da Ilha, que compreende São Luís e São José de Ribamar; Timon e Imperatriz.

Segundo estimativas da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos, a expansão do PJe resultará no protocolo de 52 mil processos eletrônicos por ano. No âmbito do 2º Grau, a projeção é de 11 mil novos casos em suporte eletrônico. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-MA.